



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002365-34.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos**
Requerente: **Wandir Augusto de Carvalho Braga**
Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado com o primeiro réu confissão e renegociação de dívida, comprometendo-se então a quitá-la em pagamentos mensais de R\$ 1.428,29 até 2020.

Alegou ainda que realizou a portabilidade de sua conta para outra instituição, mas a segunda ré, responsável por creditar a aposentadoria que percebe, o fez descontando o montante correspondente a 30% do valor total (no importe de R\$ 1.118,50, ficando o remanescente – R\$ 309,77 – como negativo junto ao primeiro réu).

Salientou que tal procedimento afrontaria o seu direito enquanto consumidor de escolher a instituição para receber sua aposentadoria.

O primeiro réu é revel.

Citado regularmente (fl. 89), ele não ofertou contestação e tampouco justificou sua inércia (fl. 96).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Quanto aos argumentos expendidos pela segunda ré, não lhe assiste razão.

Isso porque a petição inicial foi expressa em definir como objeto da demanda o contrato especificado a fl. 01, último parágrafo, cristalizado a fls. 13/21.

Nota-se que ele consistiu em cédula de crédito bancário ajustado entre o autor e o primeiro réu, sem qualquer intervenção da segunda ré.

Significa dizer que os empréstimos pessoais que o autor avençou junto à segunda ré (fl. 30, item 1) não foram questionados, cumprindo registrar que em momento algum se delineou eventual ligação do contrato de fls. 13/21 com os demais referidos pela segunda ré.

Em consequência, e tomando em consideração que a decisão de fls. 22/23, item 1, teve extensão restrita à *"dívida mencionada a fl. 01, último parágrafo"*, não se cogita do acolhimento do pedido de fl. 110, item 1, por atinar a matéria distinta da ora analisada.

Assentadas essas premissas, reputo que a pretensão deduzida não pode prosperar.

Isso porque o autor deixou expresso na petição inicial que somente solicitou a portabilidade de sua conta porque não estava podendo suportar os pagamentos em apreço (fl. 02, item 4).

Já na réplica asseverou que a portabilidade é direito do consumidor e depois, se o caso, renegociaria com o primeiro réu a quitação de seu débito (fl. 94, item 10).

Fica claro a partir desse cenário que em última análise o autor não propugna pelo reconhecimento de um direito que teria para escolher a instituição em que sua aposentadoria seria paga, mas se vale de estratégia para não adimplir num primeiro momento a dívida que reconhecidamente contraiu para depois, se o caso, renegociá-la com o primeiro réu.

Por outras palavras, prestigiar o entendimento do autor equivaleria a dar-lhe guarida no propósito de descumprir obrigação, o que é inaceitável.

Nem se diga, ademais, que essa dívida teria sido irregularmente apurada, porquanto não foi coligido um só indício que apontasse nessa direção.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já teve ocasião de refutar o emprego da portabilidade como forma de exoneração indireta do devedor.

Assim:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

“CONTRATO - Obrigação de fazer - Pretensão para que o banco réu cesse os descontos lançados em seus rendimentos, repassando o valor integralmente para outra instituição financeira, em razão da portabilidade da conta corrente – Impossibilidade - Portabilidade da conta que não implica desoneração do contrato pelo qual o autor se obrigou - Instrumento carreado aos autos que prevê a possibilidade de cobrança dos valores depositados em quaisquer contas de depósito em nome do autor em razão da existência de cédula de crédito bancário - Decisão proferida em sede de recurso de agravo de instrumento que previu a possibilidade de retenção dos valores no percentual de 30% dos rendimentos do autor - Pretensão ao recebimento de indenização por danos morais - Ausência de conduta ilícita por parte da instituição financeira que justifique o pleito indenizatório - Sentença mantida - Recurso desprovido.” (Apelação nº 1000670-46.2016.8.26.0168, 12ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **JACOB VALENTE**, j. 19/04/2-18 - grifei).

Nesse v. acórdão ainda se consignou:

“Assim, mesmo tendo o autor realizado a portabilidade de sua conta para outra instituição financeira, tal fato não impede o réu de realizar os descontos em razão do contrato existente entre as partes, porque é direito da instituição financeira receber pelo crédito que disponibilizou, sendo obrigação do contratante efetuar os pagamentos dos débitos, tal qual previsto em contrato. ... Desta forma é que na falta de alegação e comprovação de algum vício de consentimento, os negócios firmados de forma válida devem ser cumpridos, não implicando a portabilidade da conta e dos recursos lá creditados, possibilidade de exoneração do pagamento dos débitos pelo qual se obrigou. Bem por isso que os débitos são existentes e exigíveis, corretamente lançados, com fundamento no contrato assinado pelas partes.”

Tais orientações aplicam-se *mutatis mutandis* à hipótese vertente, o que conduz à rejeição da postulação vestibular, sendo relevante notar que na esteira da própria petição inicial o valor retido para abatimento da dívida trazida à colação ficou circunscrito a 30% do total recebido pelo autor (fl. 02, item 5), em consonância com entendimento jurisprudencial sobre o tema.

Por fim, assinalo que a perquirição da higidez do convênio entre os réus (para assegurar que a segunda ré deveria reter em favor do primeiro parte da aposentadoria do autor) não assume importância porque ainda que se tivesse o procedimento como irregular a retenção implementada, diante das peculiaridades destacadas, poderia suceder sem intercorrências.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação,
mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios,
com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 22/23, item

1.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 30 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**